

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 84/XIV/2.ªSL

Aos 20 dias do mês de julho de 2021, pelas 14h30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

14h30

I - Audição, por videoconferência, do Senhor Dr. Paulo Vizeu Pinheiro, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, na sua redação atual), na qualidade de indigitado para o cargo de Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

II - Audição, por videoconferência, de candidatos a Juiz do Tribunal Constitucional, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 256.º e da alínea a) do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República, prévia à eleição prevista na alínea h) do artigo 163.º e no n.º 1 do artigo 222.º da Constituição da República Portuguesa, bem como no n.º 1 do artigo 12.º e no artigo 16.º da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional:

15H45 – Prof. Doutor Afonso Nunes Figueiredo Patrão

16h45 - Juíza Conselheira Maria Benedita Malaquias Pires Urbano

17h45 – Juiz Desembargador António José da Ascensão Ramos

Aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, cumprimentou o indigitado para o cargo de Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, Dr. Paulo Vizeu Pinheiro, enquadrando a audição nos termos e para os efeitos da alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, na sua redação atual).

Após breve explicação da metodologia a adotar na audição, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Dr. Paulo Vizeu Pinheiro, para uma intervenção inicial. Na ronda única, usaram da palavra a Senhora Deputada Susana Amador (PS) e os Senhores Deputados André Coelho Lima (PSD) e José Manuel Pureza (BE), tendo o Senhor Dr. Paulo Vizeu Pinheiro respondido no final ao conjunto das questões colocadas pelos Senhores Deputados.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 84/XIV/2.ªSL

No final, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Dr. Paulo Vizeu Pinheiro, fazendo votos de que pudesse desempenhar a função para a qual tinha sido indigitado com sucesso e deixando uma palavra de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela anterior Secretária-Geral, Drª. Helena Fazenda.

A audição foi [gravada em vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Após uma curta interrupção, teve início a audição do candidato a juiz do Tribunal Constitucional, Senhor Prof. Doutor Afonso Nunes Figueiredo Patrão, tendo o Senhor Presidente cumprimentado o candidato e explicitado a metodologia segundo a qual esta iria decorrer.

Começou por dar a palavra ao candidato, o qual fez uma breve descrição do respetivo currículo e percurso profissional com relevância para o cargo de juiz do Tribunal Constitucional.

Em seguida, intervieram as Senhoras e os Senhores Filipe Neto Brandão (PS), Mónica Quintela (PSD) e José Manuel Pureza (BE), tendo o candidato, no final, respondido às questões e observações que lhes foram colocadas.

A audição foi [gravada em vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Seguiu-se a audição da candidata a juíza do Tribunal Constitucional, Senhora Juíza Conselheira Maria Benedita Malaquias Pires Urbano, tendo o Senhor Presidente cumprimentado a candidata e explicitado igualmente a metodologia segundo a qual esta iria decorrer.

Inicialmente foi dada a palavra à candidata, a qual fez uma breve descrição do respetivo currículo e percurso profissional com relevância para o cargo de juiz do Tribunal Constitucional.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 84/XIV/2.ªSL

Terminada a intervenção, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Filipe Neto Brandão (PS), Mónica Quintela (PSD) e José Manuel Pureza (BE), tendo a candidata, no final, respondido às questões e observações que lhes foram colocadas.

A audição foi [gravada em vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Por último, teve lugar a audição do candidato a juiz do Tribunal Constitucional, Senhor Juiz Desembargador António José da Ascensão Ramos, tendo o Senhor Presidente cumprimentado o candidato e explicitado a metodologia segundo a qual esta iria decorrer.

Começou por dar a palavra ao candidato, o qual fez uma breve descrição do respetivo currículo e percurso profissional com relevância para o cargo de juiz do Tribunal Constitucional.

Em seguida, intervieram as Senhoras e os Senhores Filipe Neto Brandão (PS), Mónica Quintela (PSD) e José Manuel Pureza (BE), tendo o candidato, no final, respondido às questões e observações que lhes foram colocadas.

A audição foi [gravada em vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de julho de 2021.

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)